



Jamile Lima*

Os usuários do Dois de Julho

Encarando o uso de crack no espaço urbano¹

Ao me deparar com a necessidade de escolher um tema para o trabalho final de graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA, não tive dúvidas sobre qual caminho seguir. Optei por um assunto que sempre me despertou grande interesse: a relação entre o uso de substâncias psicoativas (conhecidas como drogas) e a cidade. Em especial, me interessava estudar a complexa relação que existe entre o abuso de *crack* e o espaço público. Estava disposta a demorar os olhos e sentidos sobre os lugares que alguns chamam hoje de *cracolândias* e, de forma mais cuidadosa, canalizar a atenção a esses espaços e pessoas que os habitam e como seus corpos são uma espécie de resistência no espaço urbano contemporâneo, como observou Milton Santos.

No decorrer do processo de trabalho, ficava claro que havia uma grande necessidade e urgência em se discutir a postura dos projetos urbanísticos frente a esses espaços. Reproduzindo-se o discurso da guerra às drogas, os projetos urbanos brasileiros – munidos de imagens modernas e luminosas – atualmente se limitam a varrer as *cracolândias* para a escuridão mais próxima, como se a expulsão das pessoas fosse a solução

* arquiteta-urbanista, graduada Faculdade de Arquitetura UFBA

dos problemas. A forma violenta de lidar com os usuários de drogas (especialmente no espaço público) é frequente em várias cidades do Brasil. O poder público normalmente corrobora com essa postura, abandonando esses espaços de uso, omitindo-se de criar novas políticas públicas para lidar com o uso problemático de drogas na cidade ou ainda disseminando campanhas publicitárias aterrorizantes e deterministas acerca do uso. Ações repressivas da polícia são, hoje, os principais meios que o Estado utiliza para intervir e agir sobre usuários de drogas (principalmente os que fazem uso problemático de *crack*), visando um suposto banimento do uso dessas substâncias. É possível ver na figura a seguir o produto de uma campanha amplamente difundida contra o *crack* financiada pelo Governo do estado da Bahia:

Toda essa violência é pouco questionada por grande parte dos urbanistas, que enxergam como única alternativa o extermínio das *cracolândias* e dos seus usuários. Assim ficava cada vez mais clara pra mim a importância desse trabalho no sentido de compreender, discutir e propor intervenções urbanas onde o uso problemático de drogas que se faz no espaço urbano seja encarado de forma crítica, de modo que tais questões e sujeitos não se tornem parte invisível no processo de pensar a cidade e seu desenvolvimento urbano, uma vez que a questão do abuso drogas é evidente no contexto social vigente.

Para que a questão pudesse ser problematizada de forma mais aprofundada, decidi fazer um recorte na cidade. Escolhi me aproximar da área que compreende o bairro do Dois de Julho e regiões contíguas, como a Avenida Carlos Gomes, Avenida Sete de Setembro, Avenida Contorno e a Praça da Piedade, no chamado Centro Antigo de Salvador.

Meu processo de aproximação do Dois de Julho foi discreto e sutil. Não tinha pretensão de fazer parte daquele lugar, de me sentir “de dentro”. Queria



Campanha crack

mesmo era estar ali a observar e perceber as relações e os usos que as pessoas faziam daquele lugar. Buscava (re)conhecer os movimentos a partir da minha percepção e de outros com quem conversava.

Tive longas conversas em todas as minhas idas ao Dois de Julho através de entrevistas abertas e gravadas para posterior transcrição e análise. Foram entrevistados comerciantes, frequentadores, moradores do bairro, ex-moradores, moradores de rua, usuários e ex-usuários de *crack*. Dentre todas as entrevistas, selecionei algumas para analisar seus discursos e percursos mais de perto. As impressões e expressões dessas pessoas foram o guia utilizado por mim para fazer mapeamentos do bairro e utilizá-los como base de estudo do lugar. Geraldo, Carline, Severo, Lara, Lana, Edmilson, Tom, Leandro e Selma.² Todos são ou já foram habitantes do Dois de Julho. Dentre eles, ao menos três são ou já foram dependentes de *crack*. Dois deles estão em situação de rua.

Pude verificar, durante as diversas incursões a campo, que há uma grande sobreposição de usos



Cruzamento entre a Rua do Sodré, à esquerda, e a Rua do Cabeça, à direita, com a Avenida Carlos Gomes ao fundo

e usuários no bairro: as barraquinhas de frutas; o comércio nos açougues, mercadinhos, sebos, lojas de artesanato, lanchonetes; os idosos do Largo; os programas da noite; a boemia de bares como o Bar do Líder, o Mocambinho e o Beco da Lama; pessoas utilizando drogas lícitas; pessoas utilizando drogas ilícitas; a feira das flores; as frutas se desmanchando no chão; os moradores das casas observando o movimento das janelas; os moradores de rua planejando sua “correria”; e muitos outros usos e usuários que não fui capaz de identificar.

Partindo das entrevistas abertas, distingui e classifiquei três formas de movimentos no Dois de Julho, sobrepondo mapeamentos e trajetos realizados pelos usuários do bairro, os quais me permitiram realizar uma análise mais aprofundada acerca das questões do bairro. São eles:

- 1) o movimento das drogas, que compreende a venda, a compra e o uso de substâncias ilícitas;
- 2) os movimentos realizados pelos entrevistados que compreendem seus percursos e permanências;
- 3) e, por último, o movimento do urbanismo cooperativo, formado por empreendimentos privados que estão sendo implantados no local sob forte processo de especulação imobiliária, a exemplo do projeto urbano proposto para o bairro por empresas privadas denominado *Cluster Santa Tereza*.

Esses movimentos estão relacionados entre si e compõem a dinâmica do bairro. Assim como o abuso de drogas é danoso ao corpo físico dos usuários, alguns dos usos gerados por esses movimentos são danosos à cidade, em especial usos como o do movimento das drogas e do urbanismo cooperativo, que afetam diretamente a permeabilidade e potência dos espaços públicos. Com base nos estudos desses movimentos, categorizei tais danos em: danos à permeabilidade e danos físicos. Os danos à permeabilidade são causados basicamente pelos movimentos das drogas e do urbanismo cooperativo. Os danos físicos estão relacionados aos processos de abandono por parte do Estado e também têm relação direta com os movimentos das drogas e do urbanismo cooperativo.

Nesse sentido, tomei como base o conceito de Redução de Danos, utilizado normalmente em contextos de abuso de substâncias psicoativas, transpondo-o para o campo urbanístico, buscando então problematizar tais espaços e usos de forma a identificar e minimizar os danos causados ao espaço público e ao corpo de seus usuários sem necessariamente agir de forma extremista e autoritária, pressupondo o banimento de determinados usos da cidade.

A mistura de usos e usuários é uma das características mais importantes do Dois de Julho e suas proximidades. Uma maneira de reduzir os danos causados à permeabilidade de certos espaços é reforçar nas áreas menos permeáveis (como, por exemplo, as ruas onde é intenso o movimento das drogas) a forte mistura de usuários que existe em outras partes do bairro, dando suporte aos usos e usuários atuais e atraindo outros.

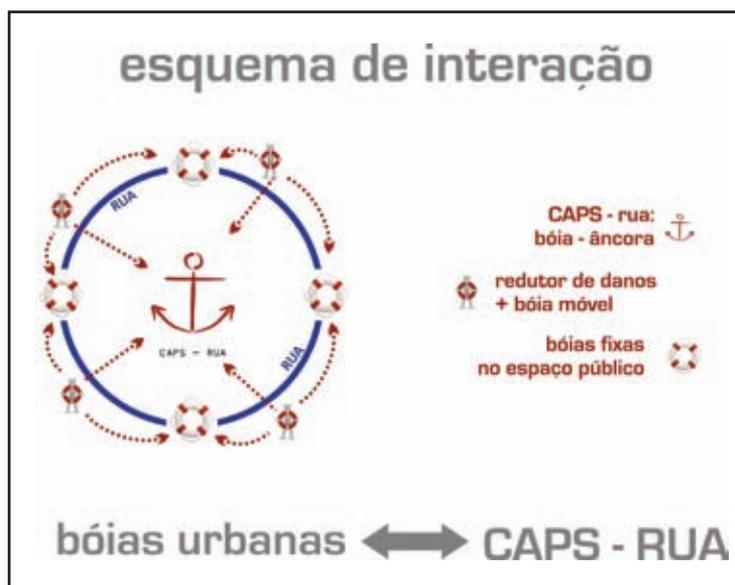
Já de partida, essa postura inicial se distingue essencialmente das propostas urbanas atuais que pretendem “uma revitalização imediata e radical na área”,³ que muitas vezes também resultam em sérios danos ao espaço público e que, em muitos casos como no bairro da Nova Luz, em São Paulo, utiliza-se de violentos e inócuos métodos de lidar com os problemas causados pelo abuso de drogas no espaço urbano.

No sentido de reduzir danos ao espaço público do Dois de Julho e ao corpo dos usuários (de drogas ou não) daquele bairro, propus algumas intervenções urbanas, destacando-se as quais denominei de boias urbanas e a intervenção fixa

que intitulei de CAPS⁴-RUA. Tais propostas não têm como objetivo “revitalizar” e “pacificar” a região, homogeneizando-a e retirando-lhe as tensões que a fazem cheia de vida. A ideia é diminuir a violência e marginalização com que os usuários de drogas são tratados e instigar naquela área seu caráter público, com toda a potência, tensão e multiplicidade de usos que lhe cabe.

Deste modo, o CAPS-RUA funcionaria como um ponto-âncora de Redução de Danos para usuários de drogas. Um espaço aberto, onde muitas atividades podem ser realizadas na rua pelos usuários, distinguindo-se essencialmente da lógica manicomial. Além de serviços específicos dos CAPS-AD, o CAPS-RUA ora proposto abrigaria uma escola, onde podem também ser ministrados cursos profissionalizantes para os usuários do CAPS e outros usuários da cidade, áreas reservada para comércios diversos e também camelôs que se espalhariam por toda a extensão da rua. Nesse sentido, o CAPS-RUA promoveria a convivência de usos na região, na tentativa de misturar usuários variados da cidade.

Esquema boias



O local proposto para a edificação do CAPS-RUA também se configuraria como uma importante interligação de pedestres entre a Avenida Carlos Gomes e a Rua do Sodré, estimulando a circulação de mais pessoas nas áreas que hoje são menos permeáveis. Algumas boias urbanas seriam locadas próximas ao CAPS-RUA para servir a todas as pessoas que habitam, ou simplesmente, permeiam o lugar.

As boias urbanas foram propostas como balizas urbanas, pontos que sinalizam apoio, no sentido de sustentação da vida dos usuários da cidade (dentre eles, os usuários de drogas) e consequentemente a vida dos espaços públicos da cidade. As boias urbanas são propostas de estímulo ao espaço público e para a redução dos danos físicos que hoje são causados pelo movimento das drogas e da especulação imobiliária vinda do movimento do urbanismo corporativo.

Boias urbanas fixas funcionariam durante todo o dia e noite, promovendo redução de danos para toda a população e os espaços que as cercam. A seguir, projeções das bóias urbanas no bairro Dois de Julho.

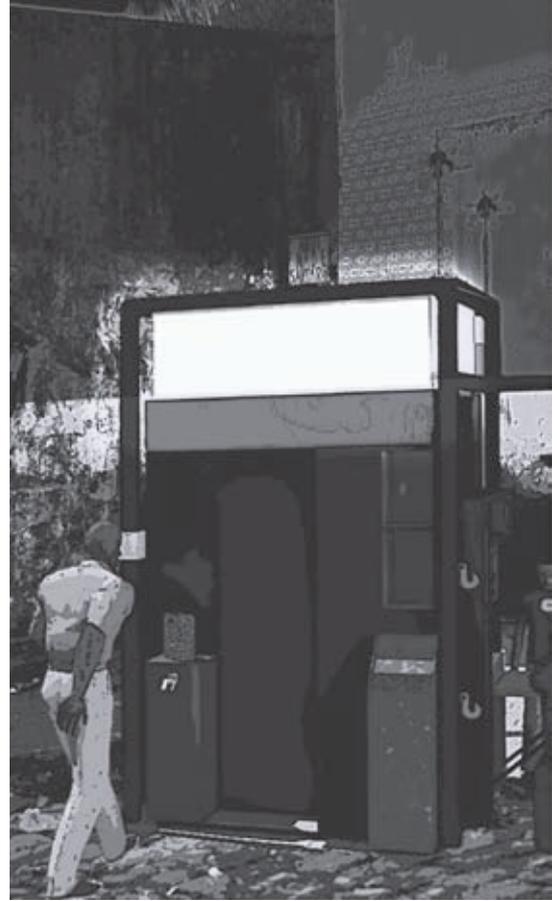
Boias móveis, que se assemelham a carrinhos tradicionalmente fabricados por ambulantes

soteropolitanos para vender café, funcionariam como suporte ao trabalho dos redutores de danos nas ruas, uma espécie de CAPS-móvel e que tem o intuito principal de reduzir danos físicos e sociais causados pelo abuso de drogas. Os redutores de danos têm a possibilidade de acoplar as Boias móveis às Bóias fixas, com o objetivo de aumentar sua gama de atividades com usuários de drogas ou ainda alimentar a bateria que os carrinhos utilizam através dos pontos de energia elétrica disponíveis.

Tais intervenções propostas são exercícios e experimentações em tratar o contexto urbano de forma ampla, buscando fugir dos modelos de intervenções autoritárias dos projetos urbanos espetaculares e aproximar-me de uma parcela da população que padece com o estigma e o preconceito, sendo-lhes negados muitos dos seus direitos como cidadãos. Percebi que é preciso encarar o uso de drogas no espaço público não apenas como um problema de saúde ou como uma questão de polícia, mas buscando compreender a complexidade das situações vivenciadas nesse contexto urbano. A lógica atual de lidar com as questões trazidas pelo uso problemático de drogas como o *crack* apenas agrava a impermeabilidade e guetificação de certas áreas urbanas.



Boia urbana fixa de conformação mínima na esquina da Rua do Sodré e a Rua do Cabeça



Boias fixas na Ladeira da Preguiça – dia e noite, respectivamente



Boia móvel na Ladeira da Preguiça – noite



Boia fixa + boia móvel no CAPS—Rua na Carlos Gomes

As reflexões e intervenções propostas nesse estudo são contrárias ao afastamento e omissão hoje promovidos pelo poder público. Penso que é preciso haver a aproximação e atenção a essas pessoas que, em muitos casos, estão sob grave situação de exclusão e miséria, para então ir dissolvendo-se o estigma que segrega ainda mais essas pessoas e os espaços da cidade em que esses corpos resistem. O planejamento urbano atento e responsável, que aplica o conceito de redução de danos no campo

urbanístico como uma nova forma de pensar a cidade e os danos que a ela são causados, aliado ao esforço e atenção do Estado, certamente produziria melhorias nas condições de vida das pessoas que habitam lugares como o bairro do Dois de Julho.

Esse trabalho buscou também lançar uma nova luz ao modo como muitos arquitetos pensam (ou não pensam) a vida urbana em seus projetos, negligenciando uma complexa rede de relações sociais permeadas por influências e culturas



CAPS – Rua interligação entre Av. Carlos Gomes e Rua do Sodré

distintas, sem estabelecer qualquer diálogo com a totalidade e multiplicidade de contextos urbanos diversos que lhes são apresentados. Assim, a cidade tem sido bombardeada, sistematicamente, com projetos insólitos e descontextualizados, no qual as pessoas estão sempre subjugadas às edificações, aos automóveis e aos interesses do capital.

Hoje, apesar de já concluída a etapa final do meu trabalho final de graduação, estou certa de que apenas cheguei ao começo desse estudo. 🐾

Notas

¹ Trabalho final de graduação defendido na Faculdade de Arquitetura da UFBA. Banca: Akemi Tahara, Francisco de Assis da Costa, Paola Berenstein Jacques (orientadora) e Silvana Olivieri.

² Os nomes utilizados são fictícios.

³ Proposta do plano urbanístico previsto para o bairro dois de Julho intitulado *Cluster Santa Tereza*. Disponível no site www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=615255. Acesso em: 15 de setembro de 2011.

⁴ CAPS são Centros de atenção psicossocial. Existe também o CAPS-AD, que é o Centro de Atenção Psicossocial para álcool e outras drogas.



ANDRADE, Tarcísio Mattos. Redução de danos: um novo paradigma? In: TAVARES, Luiz Alberto. *Drogas: tempos, lugares e olhares sobre o consumo*. Salvador: EDUFBA, 2004.

BERENSTEIN, Paola. Corpografias Urbanas, o corpo enquanto resistência. *Cadernos PPGAU-FAUFBA*, Salvador, 2007.

COLETIVO POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL. Uma investigação-ação no centro de São Paulo. São Paulo, 2008.

DE BOISCELLÉ, Chilpéric. *Balise urbaine: nomades dans la ville*, Besançon, Les Editions de L'Imprimeur, 1999.

DEPARTAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL – Superintendência Regional de Pernambuco em NOTA À IMPRENSA 054/2011.

LOPES, Jana. *O transbordar da rua: a apropriação do espaço público pelos moradores de rua*. 2010. Monografia (Graduação em Arquitetura) – FAUFBA, Salvador, 2010.

MALHEIRO, Luana. *Entre sacizeiro, usuário e patrão: um estudo etnográfico sobre consumidores*

de *crack* no Centro Histórico de Salvador. 2010. Monografia. (Graduação em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial*. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Brasil, 2004.

MOURAD, Laila. *O processo de gentrificação do centro antigo de Salvador 2000 a 2010*. 2010 Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia., 2010.

NERY, Antonio; LEITE, Andréa. *Módulo para capacitação dos profissionais do projeto consultório de rua*. Salvador, 2010.

RODRIGUES, Thiago. *Política de drogas e a lógica dos danos*. Revista Verve, São Paulo, n. 03, 2003.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, Edusp, 2006.

VIDAL, Sérgio. *Cannabis Medicinal: introdução ao cultivo indoor*. Salvador: Edição do autor, 2010.